



RELATÓRIO FOTOGRÁFICO
COM DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES EM
SÃO PAULO / SÃO PAULO

29/7/2016

Fotos: Walkíria Lobo Ferraz
Redação e Edição: Vera Vieira

ATIVIDADES EM SÃO PAULO / SP
Evento de Divulgação dos Resultados e
Seminário de Capacitação
Pesquisa Nacional Quali-Quantitativa
“Percepção da Sociedade sobre o Tráfico de Mulheres”,
no Hotel Boulevard São Luís,
com 51 participantes
(autoridades, representantes da mídia,
lideranças de ONGs, órgãos do governo e universidades)



Secretaria Especial de
Políticas para as Mulheres

Ministério da
Justiça e Cidadania





O evento teve início com Vera Vieira, diretora da Associação Mulheres pela Paz (AMP), que fez a apresentação do projeto em que se insere a pesquisa nacional inédita “Percepção da Sociedade sobre o Tráfico de Mulheres”, seguida dos resultados em detalhes fornecidos por Luciana Chong e Jean Estevão de Souza, do Datafolha Instituto de Pesquisa.

Vera forneceu alguns dados sobre a gravidade da problemática que envolve o tema. O tráfico de seres humanos é a terceira maior atividade criminosa no mundo, superada apenas pelo tráfico de armas e drogas. Calcula-se um lucro anual de quase 32 bilhões de dólares. Aproximadamente 83% das vítimas são mulheres, a maioria para fins de exploração sexual, entre 18 e 29 anos, pobres e com baixa escolaridade. Dentre as demais finalidades, estão o trabalho análogo à escravidão, a adoção ilegal de crianças e adolescentes, que inclui servidão doméstica, e a venda de órgãos.

Cerca de 2,4 milhões de pessoas são traficadas por ano, mundialmente. A OIT (Organização Internacional do Trabalho) aponta como causas principais a ausência de oportunidades de trabalho; a *discriminação de gênero*; a instabilidade política, econômica e civil; a *violência doméstica*; a emigração indocumentada; o *turismo sexual*; a corrupção de funcionários públicos; as leis deficientes. O problema foi reconhecido como uma questão global e transnacional significativa somente em 2000, por ocasião da realização da Convenção de Palermo das Nações Unidas, que resultou no primeiro conjunto importante de políticas internacionais de prevenção, repressão e responsabilização. O Brasil é considerado país de origem, destino e circulação, envolvendo ao menos 241 rotas nacionais e internacionais, conforme revelou, em 2002, a Pestraf (Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Crianças, Mulheres e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual). Foi em 2004, que o governo brasileiro ratificou o Protocolo de Palermo e passou a adotar diversas medidas com o objetivo de enfrentar a grave questão.

Para levar avante este projeto - com pesquisa, material didático, divulgação e seminário de capacitação - a Associação Mulheres pela Paz (AMP) contou com a coordenação de Vera Vieira (diretora-executiva) e Clara Charf (presidenta), incluindo o trabalho da assistente Walkíria Lobo Ferraz, além da imprescindível contribuição das integrantes do Grupo de Estudos e Monitoramento que se reuniu diversas vezes, para alicerçar os passos de todo o processo: Amelinha Teles,



Beatriz Cannabrava, Cláudia Luna, Dalila Figueiredo, Léo Barbosa, Neon Cunha e Nilza Iraci. Desses encontros, também participaram Luciana Chong e Jean Estevão de Souza, do Datafolha. O projeto foi apoiado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, do Ministério da Justiça, por meio de uma Emenda Parlamentar de Luiza Erundina de Sousa, Deputada Federal pelo Estado de São Paulo. As atividades contam também com o apoio da Fundação Ford e da PWAG (Peace Women Across the Globe). A parceria nacional, como nos anos anteriores em que a entidade levou a cabo, Brasil a fora, seminários e painéis sobre o tema, continua a ser com a Rede Mulher de Educação, União de Mulheres de São Paulo, Geledés Instituto da Mulher Negra e Elas por Elas Vozes e Ações das Mulheres.

Luciana e Jean explicaram tratar-se de pesquisa de opinião pública nacional, por amostragem, com execução do Datafolha. A etapa qualitativa foi realizada com dez especialistas no tema, que atuam em organizações governamentais, não governamentais e universidades, de diferentes regiões brasileiras. Essa fase se concretizou com entrevistas telefônicas ou via skype, com duração de cerca de 90 minutos, tendo como objetivo o aprofundamento do conhecimento sobre o assunto e o aprimoramento do rol de perguntas da etapa quantitativa, a qual foi realizada com 1.585 pessoas em oito capitais brasileiras: Florianópolis/SC (região Sul); Belo Horizonte/MG, Rio de Janeiro/RJ e São Paulo/SP (região Sudeste); Goiânia/GO (região Centro-Oeste); Natal/RN e Fortaleza/CE (região Nordeste); e Belém/PA (região Norte). Dentre os principais resultados da pesquisa, estão os seguintes: **96% das pessoas entrevistadas acreditam que existe tráfico de mulheres no Brasil, sendo que 82% avaliam que isso ocorra em sua própria cidade; 16% declaram conhecer, mesmo que só de ouvir falar, vítimas do tráfico de mulheres, sendo que o mesmo percentual se aplica ao recrutamento via redes sociais; 68% consideram que crianças e mulheres são as principais vítimas do tráfico humano; a falta de oportunidade de trabalho, o turismo sexual e a violência doméstica são fatores que contribuem para o tráfico de mulheres; 43% avaliam que o tráfico de mulheres é feito com o consentimento das vítimas; 99% acreditam que o crime deve ser denunciado; 54% conhecem o Ligue 180 como canal de denúncia e obtenção de informações, indicando que o tráfico de mulheres é percebido como uma forma de violência contra a mulher; a falta de informações sobre o tema e a priorização do aspecto criminal na cobertura midiática acabam por gerar confusão junto ao público, que mistura, por exemplo, prostituição voluntária com exploração sexual, além de reforçar estereótipos de gênero.**

Certamente, todas as nuances verificadas na pesquisa nacional contribuem para estudos mais aprofundados e para embasar políticas públicas de prevenção, repressão, responsabilização e atendimento às vítimas.

Também vai colaborar para a concretização de uma dinâmica de construção/desconstrução de conceitos chaves relacionados ao tráfico de pessoas. Além disso, espera-se um aumento da sensibilidade da opinião pública, mídia, gestores públicos e lideranças dos movimentos sociais sobre a gravidade do tráfico de mulheres como resultante das desigualdades de gênero, classe, raça, orientação sexual/identidade de gênero e geracional na sociedade, bem como do tráfico de pessoas em geral.



Em seguida, foi formada a primeira mesa de comentaristas composta por participantes da etapa qualitativa da pesquisa, já citadas(os) anteriormente. Vera Vieira, mediadora da mesa, lançou a primeira pergunta para

Beth Fernandes (Astral/Goiânia e Conatrap): *48% das pessoas entrevistadas acreditam que as vítimas do tráfico de mulheres que são resgatadas acabam voltando para os responsáveis pelo tráfico. Como você explicaria esse fenômeno?*

Está ligado ao ambiente de violência em que tais vítimas viviam antes? Beth discorreu sobre o trabalho que realiza rotineiramente, enfatizando que “a vulnerabilidade é uma questão nata, que pode ser de causas sociais e ambientais. A percepção que as pessoas têm é que elas voltam porque querem uma vida fácil. Outra coisa é a vulnerabilidade ligada ao conceito de tráfico, que está ligado ao conceito de prostituição. Isso tudo está implicado dentro de nossas relações no Brasil. Temos que começar a definir de onde vêm esses conceitos. Prostituição é um trabalho de adulto, livre, e tráfico de pessoas está implicado na questão de fraude. Eu posso ser convidada aleatoriamente para ir para outro país, sabendo que irei trabalhar sexualmente. A vulnerabilidade leva a uma condição de fraude, causando decepções. Muitas mulheres querem voltar a trabalhar como prostitutas, alegando que se apanham do marido todos os dias, podem apanhar lá fora ganhando. A gente lida aqui com o direito de ir e vir, com o sonho de ir para outros lugares, seja por condição social, econômica, etc.”.

Para Davi Ulisses Brasil Simões Pires, que atuava junto à Secretaria de Justiça Federal, foi colocada a seguinte questão: *Por um lado, a pesquisa revela que dos onze serviços consultados, sete são conhecidos pela maioria - com destaque para o resultado de 54% conhecerem o Ligue 180. Por outro lado, 66% avaliam como ruim ou péssimo o serviço de apoio do governo. Você poderia comentar o desafio governamental em políticas para uma problemática que só passou a fazer parte da agenda da ONU neste milênio?* Davi reconheceu que “o desafio do governo é muito grande nesse aspecto porque é preciso congregiar esforços de diversas áreas. A experiência de nove anos no governo me dá uma certa tranquilidade para falar disso, porque é muito difícil conversar com os órgãos internamente.

A política de enfrentamento ao tráfico do governo federal, até o momento em que eu saí - não posso garantir daqui para frente o que pode acontecer, e a gente já tem alguns sinais que não são muito bons -, sempre foi esse de congregiar essas políticas, de acordo com o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que conclui o seu período de três anos agora em 2016. São dezessete órgãos, entre ministérios, diretorias, polícias. Outro desafio diz respeito à falta de legislação clara sobre o assunto, pois o que existe é um Projeto de Lei (PL) em fase final de tramitação no senado federal. Dentro desse PL foi colocado o que a gente chama de um vagão legislativo, alguns jabutis em cima dessa árvore. Como jabuti não sobe em árvore, alguém os colocou lá. A falta de legislação clara dificulta o trabalho e também a busca de dados, então, fica difícil saber como acontece e onde acontece o tráfico de pessoas. Basicamente, a legislação identifica tráfico para trabalho escravo e para exploração sexual. O tráfico de pessoas é uma combinação de três atos: o recrutamento, o transporte e a exploração. A vontade, ou seja, o consentimento, não é algo tão importante, inclusive no próprio protocolo de Palermo. As pessoas, às vezes, consentem em ir morar no exterior, sem saber que serão alvo de exploração.

Vamos encontrar dados na

Polícia Federal, mas também há os casos de subnotificação, já que muitas vítimas não se consideram como tal. Muitas vezes se consideram, mas acabam não relatando por vergonha de se identificar naquela situação. Às vezes, elas consentiram realmente, porque foram buscar um sonho. Esta pesquisa mostra a percepção de que muitas pessoas vão em busca de uma vida fácil, mas como a gente poderia condenar alguém por querer uma vida mais fácil?

Quem é que busca uma vida difícil? Nossos sonhos vão em direção a uma vida melhor, não necessariamente mais fácil. Com relação às políticas mais visíveis pelo público, Ligue 180, Disque 100, estão sempre relacionadas com uma campanha que estamos vivenciando nesse momento, durante a semana de mobilização contra o tráfico de pessoas, que divulga esses serviços [29 de julho é o Dia Mundial de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas]”.

Livia Maria Xerez Azevedo, de Fortaleza/CE, falou de sua *experiência na coordenação do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP), no Posto Avançado e no Conatrap (Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas)*: “Temos sempre que levar em consideração uma rede que existe, que é real. Também há vários NETPs e Postos Avançados aos imigrantes, que são mais plurais, localizados em portos, aeroportos, rodoviárias, nas capitais. Falar sobre tráfico de mulheres é muito paradoxal. Na semana passada, em minha cidade, eu falava sobre tráfico de mulheres e o conceito de violência, de violência de gênero e vulnerabilidade. Muitos colegas da rede da sociedade civil, do poder público, não enxergavam o tráfico de mulheres como uma violência. Se vamos debater os dez anos da Lei Maria da Penha, o entendimento é pior ainda, e isso a pesquisa reflete muito bem. A mulher é traficada porque quer, porque consente, porque quer uma vida fácil, ao invés de lavar uma trouxa de roupa no Ceará. Isso porque elas não podem ser ousadas, não podem sonhar. Elas devem ficar resguardadas no seu canto. Como a Beth falou, a violência de gênero está, sim, na nossa sociedade e nos nossos espaços de poder. O NETP é um espaço, sim, de articulação de políticas, um espaço que faz a diferença, no sentido de prevenção, para levar a mensagem, levar a informação, discutir sobre o conceito e chegar às pessoas vulneráveis. Nós temos que construir e desconstruir conceitos todos os dias; receber propostas de acordo com nossos sonhos e a nossa expectativa de vida melhor. Temos que discutir o tráfico de pessoas numa mesa de bar, numa lanchonete, num Tribunal de Justiça, numa universidade, e assim vamos construindo para termos um enfrentamento real. A atenção à vítima deve ser muito disciplinada, profissional, contar com advogados, com psicólogos, assistentes sociais, não só nos Núcleos, como também nas redes locais. O Posto Avançado é um equipamento onde se faz o acolhimento inicial para encaminhamento às redes locais.

As vulnerabilidades são maiores por causa dos preconceitos, do racismo, da violência em taxar a mulher que é preta, pobre e puta, que voltou - e deve voltar - e não é bem-vinda. O Núcleo, o Posto e o Comitê são espaços essenciais para discutir e construir políticas públicas em conjunto com as entidades da sociedade civil. Sem a rede local, esses espaços não são nada. Hoje, aqui neste evento, estou me sentindo muito fortalecida nessa luta”.

Dalila Figueiredo, presidenta da Asbrad, de Guarulhos, e membro do Conatrap, focou a seguinte questão: *96% das pessoas entrevistadas acreditam que há tráfico de mulheres no Brasil, sendo que 82% avaliam que isso ocorra em sua própria cidade. Em sua opinião, por que cai por terra o senso comum de que se tratava de lenda urbana ou assunto fictício de novela? Estão sendo colhidos alguns frutos da luta de ONGs, governo, etc.?* Dalila ponderou sua análise, enfatizando que a Associação Brasileira de Defesa da Mulher da Infância e da Juventude (Asbrad) está trabalhando nesse enfrentamento desde 1997. No ano 2000, recebíamos pessoas da Europa com um discurso muito triste, porque eram do interior do





Amazonas, do Pará, que tinham ficado reféns de pessoas em prostíbulos, e tinham vergonha de voltar para casa. A própria Polícia Federal nos chamava no aeroporto, porque estamos a dez minutos de lá. Ficamos nessa luta por quase onze anos, até que foi consolidada a política pública do Posto Humanizado. A gente sente que, muitas vezes, a política pública está fragilizada por falta de investimento, principalmente quando nos deparamos numa tríplice fronteira, num posto fechado. Isso nos causa uma enorme tristeza e preocupação, porque se trata de uma política pública que foi discutida com a nossa contribuição, no momento em que o Brasil assinou o Protocolo de Palermo. Também contribuimos quando foi discutido o Primeiro Plano Nacional. Nós queríamos sempre discutir o tráfico de pessoas do ponto de vista da garantia dos direitos humanos, sempre considerando a pessoa não como vítima, mas como sujeito de direitos. Não é uma tarefa fácil, pois tínhamos que mediar muitos conflitos e também lidar com a percepção da sociedade de que toda prostituta que tinha ido para Europa era uma vítima de tráfico.

Ela sofria dupla discriminação: no país de destino e no Brasil era recebida como uma criminosa, uma prostituta que queria se dar bem e tinha mais era que quebrar a cara. São discursos que temos que tivemos e temos que desconstruir. Então, hoje temos essa percepção de que a maioria da população acredita haver tráfico de pessoas graças à contribuição de um exército de pessoas: ONGs, pastorais, militantes, universidades, agentes governamentais, etc. A vítima de tráfico é considerada uma pessoa menos importante, daí a importância de passar a atendê-la dentro de todas as redes existentes - da violência doméstica, de atenção à Criança e Adolescente, da saúde, da Educação”.

Para a Irmã Eurides Oliveira, coordenadora da Rede Um Grito pela Vida e integrante da Coordenação do GT de Enfrentamento ao Tráfico Humano da CNBB, foi feita a seguinte provocação: *43% dizem haver o consentimento das mulheres que são traficadas. Você considera que seja uma visão preconceituosa que tem se naturalizado?*

Para ela, “a questão do consentimento é muito complicada. Sem dúvida, tem uma dose grande não só de preconceitos, mas de uma cultura patriarcal, da violência de gênero, de estereótipo da mulher que quer ter uma vida fácil. A questão do consentimento é uma questão complexa, e não consensual, não só para a sociedade como para nós atores sociais e para o governo, tanto no âmbito legal como político. Embora o Protocolo de Palermo faça menção da irrelevância no consentimento, a nossa política nacional considera irrelevante, mas, no entanto, não é consenso, sobretudo quando as pessoas traficadas estão, entre aspas, conscientes de que vão realizar serviços sexuais, que vão ser profissionais do sexo.

Aí, quando isso acontece, descaracteriza o tráfico e fica complicado porque ninguém consente ser traficada, ninguém consente ser explorada, em ser tolhida em sua liberdade, em apanhar, em ter uma vida carregada de dívidas. Ela consente em fazer de seu corpo um instrumental de trabalho, mas o restante, que caracteriza o tráfico de pessoas, ela não consente. A prostituição por si só não é tráfico. Eu quero retomar o que a Beth disse: situações de vulnerabilidade fragilizam de todas as formas, sejam elas socioeconômicas, sejam elas afetivas, psicológicas, culturais e discriminatórias. Elas fragilizam e para superar a vulnerabilidade, a pessoa topa qualquer coisa, porque ninguém nasceu para aceitar e ficar naquela situação. Então, esse é um elemento que tem que se considerar e ampliar o entendimento sobre a situação de vulnerabilidade múltiplas.

O consentimento não é livre e autônomo, porque não se tem liberdade e autonomia diante de uma situação de extrema vulnerabilidade, seja por falta de oportunidade, das necessidades básicas, da violação de direitos, violação do corpo ou de opções de vida. O segundo elemento do consentimento é a questão do mecanismo usado para fazer a proposta.

É muito contundente a sedução da proposta dos traficantes, pois apresenta sempre uma solução para as necessidades da pessoa, para satisfazer o seu desejo e o seu sonho. A antropologia já nos ensina isso: já nascemos com o desejo de ser feliz, de aventurar-se, então, a questão da proposta também tem que ser considerada antes de dizer se consente ou não consente. Levar em conta a liberdade e autonomia das mulheres que, historicamente, nunca foram valorizadas, além de considerar um cenário em que se tem dívida para pagar, tem violência, tem medo, tem vergonha, sofre preconceito e discriminação. Temos que trabalhar o conceito de liberdade e de empoderamento das mulheres, principalmente daquelas que não chegam aos nossos clubes feministas e nem nas universidades. Outro elemento que eu não tenho dúvida é a questão da naturalização da cultura patriarcal, associada ao capitalismo, além da questão da oferta e demanda.

Não trouxemos na pesquisa a questão da demanda, então, acabamos julgando somente a partir da oferta, o que contribui para culpabilizar.

Nesta pesquisa, temos chaves de leitura muito interessantes para pensar em um outro trabalho no futuro”.

A jornalista Natália Suzuki, coordenadora do Programa Escravo, nem Pensar!, da ONG Repórter Brasil, discorreu sobre a seguinte questão: *66% das pessoas entrevistadas acreditam que a mídia prioriza a questão criminal ao abordar a temática, o que contribui para aumentar o preconceito e a culpabilização das vítimas. De que forma a mídia poderia alterar essa lógica?* Natália reforçou o resultado da pesquisa, lembrando que, “em 2013 fizemos uma pesquisa quantitativa em parceria com o Ministério da Justiça, envolvendo os cinco principais jornais do Brasil, para verificar como era feita a abordagem do tema do tráfico. A pesquisa incluiu jornais do período de 2006 até julho de 2013. Nesse período de quase oito anos, foram 279 matérias, o que é muito pouco, isto é, somente sete matérias por ano em cada jornal. É importante que a mídia aborde o tema, enquanto uma fonte de informação e de visibilidade. 43%, quase metade das matérias, tinham o viés criminal, o que acaba decorrendo na culpabilização e no preconceito contra a vítima. As matérias tratam mais sobre as batidas policiais, o desmantelamento das organizações criminosas. Fica a sensação de que o tráfico de pessoas tem somente essa dimensão do crime. Não se entende claramente quem são as vítimas, quem são os autores envolvidos, quem são os violadores. Poucas matérias falam sobre as causas, sobre as dinâmicas, sobre a questão da reincidência. Tem-se uma noção muito parcial do que é o tráfico de pessoas. A maior parte dessas matérias não citava as fonte de onde eram tiradas essas informações. Quando eram identificadas, 32% tinham como fonte o governo, 16% a polícia. Havia uma recorrência do tipo de fonte. O jornalista, por várias razões, não se aprofundava muito no assunto. A questão da culpabilização da vítima vem pela falta de informação. Então, o tráfico de pessoas estava sempre relacionado à questão do sexo, da prostituição. Isso se confirma também na pesquisa, o que reforça esse estereótipo. Pouco se aborda o tráfico para trabalho escravo ou para adoção ilegal. O público fica sem a dimensão do que significa o tráfico de pessoas de uma forma mais global. Outro dado importante, é que das 279 matérias somente 37 eram relacionadas às vítimas.

Elas não são ouvidas.

Fica o dilema se vai ou não criar um clima de sensacionalismo sobre ela.





É importante ouvir a vítima, como personagem, então, vai ficar culpabilizando alguém que quer superar tal experiência? De forma resumida, sim, a mídia tem um viés criminal. Quando não há esse enfoque, tratam muito mal o tema, sem aprofundamento, então, precisamos melhorar a abordagem. Para tanto, é preciso procurar outras fontes, para além daquelas que sempre se ouviu; tentar entender pontualmente as batidas policiais; ouvir as vítimas; entender os especialistas; converse com pesquisadores. Lançamos uma cartilha sobre o tema, que está à disposição em nosso site.”

[www.reporterbrasil.org.br]

Tânia Teixeira Laky de Sousa, pesquisadora do Programa de Serviço Social da PUC/SP e autora do livro *Tráfico Internacional de mulheres: nova face de uma velha escravidão*, fruto de tese de doutorado premiada pela Capes/MEC, discorreu sobre o seguinte: *O índice das pessoas que concordam que mulheres vítimas de tráfico buscam vida melhor, 80%, é maior do que aquelas que acreditam que querem vida fácil, 55%. Como você analisa esses dois resultados?* “Atualmente estudo na Universidade de Coimbra, num curso de estudo feminista voltado para a temática do tráfico de pessoas. Em minha primeira pesquisa de doutorado que culminou com o livro, eu foquei o tráfico internacional de mulheres, em Portugal, Espanha, Itália e Holanda. Pesquisei brasileiras e nossas irmãs latino-americanas para compreender essa questão social. Eu não chamo de fenômeno, porque para mim é a expressão da questão social e econômica. O mercado que vai regular o que quiser: o corpo que ele quer, a mulher que ele quer. O estereótipo da vida fácil coloca-se frequentemente de forma equivocada no contexto do processo migratório. Por um lado, há as narrativas da sedução das redes de tráfico, sobretudo quando se relaciona a recrutamento para a indústria do sexo. Por outro lado, o imaginário do migrante é formado pela idéia de que passará por períodos de grandes ações, sacrifícios e trabalho intenso, na expectativa de angariar a renda suficiente, para, então, superar as condições de privações e vulnerabilidade da sua situação de origem. Eu me lembro de uma brasileira que entrevistei na cidade de Lisboa e que foi deportada porque estava lá em situação irregular. Ela me disse que iria embora, mas que voltaria, mesmo sabendo que voltará a ser explorada. Ela fazia dezesseis programas por dia. Ela vai porque o Estado brasileiro não cuidou dela, porque na cidade em que morava não vai haver mudanças em termos de acesso à educação, ao trabalho, à saúde. Como pesquisadora, eu me senti extremamente impotente diante das respostas dessa cidadã brasileira. Enquanto a perspectiva de uma vida melhor se configura como objeto migratório, que possui uma perspectiva de retorno e, portanto, de resolução de um quadro de carências ou de responsabilidades e sustentação de uma família ou de um grupo, a vida fácil emerge em um cenário de busca de satisfação, de necessidades e sonhos ainda não realizados. Essa mulher tem o direito de sonhar, mas não é uma vida fácil. E ela sabe que não é fácil, que vai passar por privações. Junta dinheiro que depois é remetido para o Brasil.

E isso se avoluma na economia. Nós temos que perceber a questão do tráfico também pela questão do mercado. Quem são essas pessoas, quem são esses traficantes?

Isso é um comércio de corpos, de vidas, e tem muito dinheiro envolvido”.



A segunda mesa de comentaristas foi formada por autoridades locais, as quais responderam sobre *o papel do governo na implementação da rede de atendimento a vítimas do tráfico de mulheres e o que tem sido feito de concreto*. Albertina Duarte Takiuti, Coordenadora Estadual de Políticas para a Mulher, destacou que “o papel do governo do Estado, assim como de todos os governos, é ter políticas públicas para essa situação. Eu entendo que a Associação Mulheres pela Paz traz uma grande contribuição em termos de pesquisa, no sentido de apontar as situações do tráfico que são tão pouco conhecidas. Como Coordenadora Estadual há nove meses, eu agradeço muito. E gostaria de fazer nascer ainda no meu mandato uma política pública que realmente garanta direitos para as mulheres traficadas no Brasil e no mundo. Os dados dessa realidade são subestimados. A culpa é sempre da mulher, para quem sempre sobra a cobrança. A culpa quando ela é estuprada, a culpa quando ela apanha, a culpa quando ela engravida sem querer, a culpa quando ela não quer engravidar e a culpa quando ela é fria - ela é fria porque ela é culpada. Realmente é essa culpa que faz com que ela seja submissa. Ela é culpada porque teve sonhos, porque quis morar em outro país. Quero homenagear a deputada Erundina com a frase: *sonhos não envelhecem*. Então, as pessoas de todas as idades têm o direito de ter sonhos. No mínimo, enquanto Coordenadora, eu tenho que ter essa tarefa de esclarecer que as mulheres brasileiras e as de São Paulo têm o direito de sonhar, e esses recrutamentos de sonhos não a escravizam. Ela sonha e é escravizada por ter um sonho. Para mim, o tráfico é um estupro social. E eu sou contra todos os casos de estupro. E o mais importante é que ela tem que mostrar e provar que foi estuprada; o mesmo acontece com a mulher traficada. Quais são os sinais físicos e emocionais que demonstram que ela foi traficada? Ela fez um contrato de trabalho e esse contrato não existiu, pois foi violentada. Meu convite é para que a Associação Mulheres pela Paz apresente essa pesquisa também em nosso evento na Assembleia Legislativa, em 4/8/2016. Que os prefeitos do estado de São Paulo, candidatos ou não, tenham a decência de incluir nos seus municípios uma política pública que garanta que nenhuma mulher de São Paulo e do Brasil possa ser traficada. E nesse sentido eu me preocupo com as mulheres imigrantes, principalmente as bolivianas que têm que dar a luz e voltar a trabalhar no dia seguinte, senão são mandadas embora. Eu, como mulher portuguesa que sou, nesse caminhar, não quero que nenhuma mulher seja escrava”.

Denise Motta Dau, Secretária Municipal de Políticas para as Mulheres de São Paulo, iniciou sua fala parabenizando pela ideia e pela formulação da pesquisa que subsidia o poder público, os movimentos sociais, as entidades especializadas no tema, no sentido de enfrentarem com mais propriedade a questão do tráfico de mulheres.

Eu acho que aqui na cidade de São Paulo é fundamental ressaltar a criação, pelo prefeito Fernando Haddad, de nossa Secretaria, em 2013, exatamente em diálogo com os movimentos sociais, com os movimentos feministas, para fortalecer as políticas para as mulheres, no que tange ao enfrentamento à violência contra a mulher. Isso tanto no ponto de vista do empoderamento, quer dizer, de potencializar a autonomia econômica, como com o objetivo de tornar a cidade de São Paulo mais igualitária, mais inclusiva, com maior ocupação do espaço público pela população. O atendimento às mulheres em situação de violência na cidade de São Paulo se dá hoje no contexto da criação dessa Secretaria, dentro

da Administração Pública. É fundamental que as políticas para as mulheres contem com orçamento, equipe e recursos humanos, para que essas questões sejam enfrentadas com maior qualidade, com mais eficiência. Ao formular e criar políticas públicas, nosso papel no governo municipal é o de garantir que as mulheres vítimas de tráfico tenham um atendimento específico e de qualidade. Essa é nossa luta, pois o tráfico de pessoas envolve diversos tipos de violência, de forma conjunta: violência sexual, psicológica, física, patrimonial, moral, cárcere privado. Assim, é preciso haver uma capacitação especial para que as equipes atendam a essas vítimas.

As mulheres que são resgatadas e tentam retornar à vida cotidiana têm diversas sequelas, então, é fundamental essa parceria com diversas instituições que atuam no enfrentamento ao tráfico. E a capacitação específica prevê a questão do enfrentamento à violência de gênero, o funcionamento das redes de tráfico, as estratégias de segurança e o acesso aos dados. Assim sendo, essa pesquisa agora divulgada agrega grande contribuição. Assinamos um termo de cooperação com a Secretaria de Justiça do Governo do Estado de São Paulo voltado para o atendimento às mulheres vítimas de tráfico, para que os equipamentos municipais façam o atendimento. Nosso maior desafio, que é a luta de todas as secretarias, é garantir a articulação para que tenhamos um fluxo de atendimento padronizado. Trata-se de uma articulação dentro do fortalecimento da rede de atendimento, de todas as esferas governamentais e também das entidades não governamentais. Reformamos nove serviços de atendimento, criamos dois centros de referência e uma casa de passagem com atendimento 24 horas - que será entregue ainda em 2016, para casos emergenciais, com hospedagem de curta permanência. Também é grande a expectativa para a inauguração da Casa da Mulher Brasileira que foi implementada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres dentro do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos.

Localizada no bairro do Cambuci, ela vai oferecer um atendimento multiprofissional, isto é, no mesmo local, haverá delegacia, vara de enfrentamento à violência doméstica, defensoria pública, atendimento psicológico e jurídico.

Quero me somar às colegas que me precederam, reafirmando que a percepção da sociedade sobre o tráfico de mulheres reproduz a naturalização da violência contra a mulher, reforçando a mesma interpretação da violência doméstica, do estupro, do assédio sexual, quer dizer, sempre nesse contexto de que, de alguma forma, a mulher teve responsabilidade, ela consentiu, ela provocou. É dever de todas e todos, desconstruir esse estigma, daí a importância da educação focada na igualdade de gênero. Trata-se de um foco imprescindível nos planos de educação, nas escolas, nas universidades.

A abordagem de gênero está vinculada ao trabalho de prevenção, senão a gente só vai punir agressor, atender à mulher em situação de violência. Não haverá serviço que dê conta, porque a cultura patriarcal, machista, sexista não muda sem trabalho educativo de prevenção”.

Ediane da Silva Alves, Secretária Municipal de Políticas para as Mulheres de São José do Rio Preto, destacou haver,





na região, alguns casos de tráfico internacional. “Em 2013, houve a prisão da aliciadora e do casal de traficantes, que eram empresários da cidade, considerados da nata. O casal tinha uma loja de artigos de academia, utilizada como lavagem do dinheiro do tráfico. A gente acredita que há outros casos de tráfico, mas existe a subnotificação. Há os casos interestaduais, porque a cidade está numa posição geográfica que faz fronteira com Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. Recebemos muitas mulheres do norte e nordeste para trabalhar nos nossos prostíbulos. O prefeito atual foi muito sensível com as causas da mulheres, criando recursos para nossa pasta. Temos o centro de referência que faz o atendimento também de mulheres que acabam assumindo que estão se prostituindo contra a vontade. Elas não admitem o tráfico, mas admitem a violência que sofrem, o medo do cafetão ou da cafetina.

Então, colocamos a Casa Abrigo à disposição delas. Se querem voltar para sua cidade natal, a Secretaria disponibiliza transporte. Se na pesquisa há o resultado de que 43% acreditam que as mulheres consentem, a gente traça um paralelo com os trabalhadores que são traficados. Na nossa região, a cultura canavieira é muito intensa. Certamente, esses trabalhadores não vêm para cá com o consentimento de serem explorados. Só que quando chegam na nossa região, eles se vêem numa exploração do trabalho análogo à escravidão, vivendo em condições sub-humanas. Seremos multiplicadoras deste evento, no sentido de levar para os(as) técnicos(as) tudo o que aprendemos, colaborando para que se qualifiquem e se dispam da visão preconceituosa.

A nossa função é um atendimento de qualidade”.

Silmara Conchão, Secretária Municipal de Políticas para as Mulheres de Santo André, reconhecendo que a “AMP nos provoca, quando nos convida a olhar para uma questão tão desafiante para nós. Eu acho que a subnotificação é um dado desafiador para nós que trabalhamos com políticas públicas. Santo André, que é uma região do grande ABC, tem um potencial grande de migração e imigração. Santo André é uma cidade que recebeu uma quantidade imensa de haitianos nos últimos anos. Temos também a migração estadual que é muito forte em áreas de mananciais. Reforço o que a Denise colocou em termos de políticas para as mulheres e a importância que elas têm em todos os municípios de nossa nação brasileira. No nível local, precisamos trabalhar de maneira incisiva. A área da mulher precisa ser forte, dialogar com setores da justiça, com o primeiro escalão, com pessoas que destinam o orçamento, e assim por diante. Estamos falando de uma faceta da violência contra a mulher muito sustentada por uma lógica capitalista, de globalização, machista, racista e homofóbica. Existe muito interesse nessa miséria, nessa parte não humana, para manter tudo no silêncio. É o que sustenta esse sistema no Brasil e no mundo. Então, falar do nosso lugarzinho é muito difícil, pois enfrentamos hoje as maiores dificuldades. Temos que defender os direitos das pessoas que não existem no plano social e legal, por conta da condição econômica, por ser mulher, por pertencer à comunidade LGBT, por ser negra, indígena. Como Secretária e como professora universitária, posso falar da experiência que tivemos com a possibilidade de entrar de maneira muito forte na educação, para levar a discussão sobre gênero nas escolas. Temos vereadores e vereadoras do setor conservador que votaram contra o ensino de gênero. Claro que estão fortalecendo

o tráfico de mulheres, e nós precisamos dizer isso a eles, pois tiveram a coragem de deturpar o conceito de gênero publicamente. Quem tem que se defender do que estão fazendo, são eles. Temos que dizer que a bela, recatada, do lar nos subjulga, nos coloca nessa condição de objeto para toda a sociedade. E também mostrar que o *tchau querida* está nos dizendo que o poder não é o nosso lugar. Então, temos que fazer essa discussão na escola, na base da formação das pessoas, entrar também nas casas das pessoas. A escola tem o poder da revisão de valores. Acredito que a gente pode mudar essa cultura. É um trabalho que nós temos que fazer também no nosso lugar. Temos que celebrar os dez anos da Lei Maria da Penha, pelo fortalecimento do nosso trabalho em rede. Nós trabalhamos a regionalidade no ABC, e também estamos trazendo os homens cada vez mais perto para essa discussão de gênero, o que é fundamental. Discutir o que é ser homem nesse século XXI e dizer que o lugar das travestis e das transexuais também é esse lugar. Parabéns à Neon Cunha, aqui presente, que fez a ilustração da capa do livro, e que é representante da comunidade LBTB. Precisamos de estrutura para ter mais força e possibilidade de dialogar com setores variados, escolas, universidades, creches, ensino de adultos. Esse é um caminho com potencial transformador. A pesquisa fala em percepção, e ela nos dá elementos para irmos às redes de comunicação, aproveitarmos os espaços para a educação. Precisamos de reforma política, mas também de reforma de valores. Então, toda essa reflexão sobre o tráfico de pessoas, nos coloca esse desafio. Fico muito feliz de ver no livro a frase da Simone de Beauvoir, que diz muito sobre o que estamos falando agora: *Que nada nos defina, que nada nos sujeite, que a liberdade seja a nossa própria substância*. É exatamente disso que estamos falando ao abordar o tráfico de mulheres: rouba, toma posse do corpo, da liberdade e da identidade das pessoas, literalmente, pois até os documentos essas pessoas perdem”.

Por fim, foi a vez de Muna Zeyn, representando a deputada federal pelo estado de São Paulo, Luiza Erundina. Ela enfatizou que “o mandato da deputada é fruto das organizações sociais e populares, portanto, o apoio à realização da pesquisa é fruto do compromisso com as organizações de mulheres, com as organizações das comunidades LGBT, enfim, esse é um mandato popular que tem compromisso. Eu quero dizer que, quando fizemos o primeiro seminário de mulheres traficadas, na década de 1980, foi importante, assim como hoje. Vejo aqui neste evento, diversas companheiras antigas de luta, como a vereadora Eni Fernandes, nossa guerreira Amelinha Teles e nossa querida Clara Charf. Uma época em que trabalhávamos na sala ao lado da prefeita Luiza Erundina, na década de 80, na Coordenadoria de Mulheres, no município de São Paulo. Então, continuamos nas nossas lutas. Esse é o nosso compromisso. Temos uma galeria de mulheres que fazem a resistência no cotidiano nesse doloroso quadro que nossas companheiras já colocaram aqui. Não podemos parar. Eu agradeço em nome da Luiza Erundina, reforçando que ela vai ser sempre parceira dessa luta, enfrentando a resistência de nossa idade, o avanço do conservadorismo, o avanço das direitas. É responsabilidade de todas fazer parte da luta nesse momento. Vamos enfrentar essa resistência, vamos mudar, pois é a esperança que nos move. Muito obrigada, companheiros e companheiras. E quero dizer que este documento com a pesquisa é fundamental. Faço um desafio para levarmos isso para as praças públicas, vamos fazer uma aula pública na rua, mostrar para todo mundo. A luta não é fácil, mas se nós estivermos unidas, organizadas, eles não passarão. Até à vitória, companheiras!



Ao final da sessão da manhã, integrantes do Grupo de Estudos e Monitoramento puderam acrescentar excelentes contribuições e questionamentos, principalmente no que concerne ao recorte LGBT e racial [esse último, ausente da mesa em função de outro compromisso assumido pela representante do movimento negro]. Nilza Iraci, do Gelédes Instituto da Mulher Negra, observou que, “quando se trabalha a percepção das pessoas, a cor negra desaparece, o que é incoerente com a realidade que mostra que o maior número mulheres traficadas é negra. No imaginário também está o dado de que a grande maioria é de mulheres traficadas. Está aí uma questão a ser aprofundada para saber o que aconteceu na pesquisa”. Cláudia Luna, da Elas por Elas Vozes e Ações das Mulheres, também representante do movimento de mulheres negras, considera que “é natural que as mulheres negras fossem traficadas, até pela questão histórica da escravidão. Essa questão até hoje permeia muito a nossa cultura, a ponto de nas respostas da pesquisa estar embutida a percepção de que a mulher negra não é bela, então, as outras mulheres podem ser traficadas. Precisamos também dialogar com esses dados na questão quantitativa, considerando todos os aspectos sociais, culturais e históricos que formam a maneira de sentir e perceber das pessoas que compõem a sociedade”.

Neon Cunha, publicitária, diretora de arte e ativista LGBT, enfatizou a abordagem sobre precariedade: “Vou falar da vida precária e da população trans, pois é um recorte muito social, muito drástico, já que não existe sujeito de direito. Para ter direito, precisa da existência, para passarmos a construir dignidade e possibilidades de vivência. Uma outra coisa que eu quero pontuar é que muito se tem falado sobre prostituição, da mulher da vida. Eu adoro quando falam que ela é mulher da vida, porque para as outras mulheres quase não há vida, há o machismo, o patriarcalismo, o capitalismo, que sequestram nossas vivências. Qual é a vida que importa: a vida que serve ao macho, a vida que vai procriar? Eu tenho que falar de vidas de pessoas trans, pois travestis são sujeitos que não existem. Pensar em tráfico humano de quem é catalogada, assim como coloco o gênero hoje. Uma catalogação para dizer qual é o papel da utilidade. Se a gente pegar o gênero naquela perspectiva, não lhe é permitido o reconhecimento. Por que será que 99% da população de travestis e transexuais estão na prostituição? Porque essa população não interage com as demais demandas. Quem é essa população, quem é essa mulher que se reconhece, onde vamos colocar essa mulher, onde vamos colocar essa especificidade. Então, temos que olhar para essa população vulnerável, temos que olhar para essa precariedade. Essa população não tem acesso à educação, à saúde, quer dizer, está na invisibilidade. Se essa pessoa não tem família, educação, vida social e não está num espaço público, então, ela não tem visibilidade como sujeito de direito. Como avançar na humanidade se essa pessoa não tem nome, não tem gênero? Sou a primeira pessoa trans a peitar o Estado brasileiro, pois me nego a protocolos.

Eu me nego a ter laudos de psiquiatras e psicólogos, pois resisto ao processo catalisador. E mais do que isso, eu entendo que isso é o meu direito de dignidade. Caso não consiga, estou pedindo ao Estado brasileiro o direito de injeção letal junto com anestesia geral. Eu não tenho os mesmos direitos da sociedade sis normativa”.

Léo Barbosa, também ativista LGBT, disse que ficou magoado com a invisibilidade de travestis e transexuais na pesquisa. “Isso não é verdade. Mesmo aqui em Santo André há rota de travestis e transexuais. Tem também uma avenida em que se vê meninas de treze a dezesseis anos se prostituindo. Claro que elas são traficadas, mas a polícia não se importa.

A sociedade sabe o que está acontecendo e também não faz nada. A gente precisa levar essa percepção do tráfico revelada pela pesquisa para exigir ações do Estado. O Estado sempre exige dados quantitativos e qualitativos, e hoje temos essa pesquisa para mostrar. Há dados alarmantes: mais de 90% da população diz que ela não vai conseguir nada procurando a polícia, então, o Estado precisa cumprir seu dever de proteger essas pessoas. Estou aqui hoje porque esses dados atingem a mim, um homem trans, a ela, como mulher trans, a vocês todas, como mulheres, e a toda sociedade





que está lá fora enquanto cidadão, que tem direitos e deveres”.

Amelinha Teles, da União de Mulheres de São Paulo, ponderou que a pesquisa demonstra que “a sociedade tem preconceitos, tem ignorância em relação aos conceitos que existem, aliás, existe até entre nós ativistas muita confusão conceitual. Temos que reconhecer que a percepção está colocada, e isso é um grande avanço. Eu me preocupo com a expressão vulnerabilidade nata, porque nós buscamos a desnaturalização dessas condições, desses papéis sociais impostos à mulheres, homens, trans, enfim, a todas as pessoas. Nós trabalhamos muito mais com a desnaturalização. Eu vejo que a questão étnico-racial ainda é muito difícil de ser assumida por nós todas que estamos aqui. A transexualidade já foi muito bem colocada aqui. A questão racial, na pergunta da Nilza, ficou sem resposta, porque nós ainda somos muito racistas. Até 1900 e tantos, qualquer orientação sexual que não fosse a heterossexual era considerada doença, estava dentro do Código Internacional de Doenças, pela Organização Mundial de Saúde. Agora, ser preto, ser índio, foi alguma vez considerada doença? Portanto, a nossa história brasileira de 400 anos de escravidão negra traz essa inquietação. Eu participei do processo de elaboração da pesquisa e me senti muito honrada em discutir, trocar idéias. Ela é incompleta, tem problemas, com certeza. Mas, na própria elaboração a gente já reconhecia isso e assumia que era o que era possível fazer, dentro das limitações.

Agora, o uso dessa pesquisa aponta para muitos caminhos, como saber buscar essas mulheres traficadas, trazer esse perfil. Temos que fazer um trabalho de prevenção”.

Clara Charf, presidenta da AMP, encerrou os trabalhos da manhã, sentindo-se admirada “com a disposição de todas as pessoas presentes em dar continuidade às discussões, buscando o aprofundamento de uma questão tão importante na luta pelos direitos da mulher, na busca de um país melhor e com mais liberdade”.





No início da parte da tarde, houve o diálogo com o Projeto Fronteiras - Atendimento Humanizado às mulheres em situação de Tráfico de Pessoas e outras formas de violência, que vem sendo realizado pela Asbrad.

A apresentação ficou a cargo de Dalila Figueiredo, presidenta da entidade, além de Graziella Rocha e Aldeane Souza.

Dalila explicou o alcance do projeto: Mapeamento e diagnóstico de quatro municípios da Amazônia, localizados em região de tríplice fronteira, com o objetivo de realizar um levantamento da situação de vulnerabilidade de crianças e adolescentes ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual. Os municípios mapeados são os seguintes: São Gabriel da Cachoeira/AM – fronteira com Colômbia e Venezuela; Uiramutã/RR – fronteira com Guiana e Venezuela; Assis Brasil/AC – fronteira com a Bolívia e Peru; Tabatinga/AM – fronteira com Peru e Colômbia. Também visa a desenvolver diálogos com a rede de proteção e levantamento das especificidades da região; capacitar atores das redes de proteção a crianças e adolescentes para o enfrentamento ao tráfico nas seguintes fronteiras:

Uruguaiana/RS; Foz do Iguaçu/PR; Pacaraima/RR; Guajará-Mirim/RO; Cáceres/MT;

realizar monitoramento das redes anteriormente capacitadas; sistematizar a metodologia utilizada no projeto;

divulgar os resultados alcançados através de uma publicação final.

O objetivo geral do projeto é o de disseminar a metodologia de atendimento humanizado às vítimas de tráfico de pessoas do Posto de Atendimento Humanizado do Aeroporto Internacional de Guarulhos/SP (implantado pela Asbrad), em dez municípios de fronteiras do Brasil, adaptando a metodologia e desenvolvendo diálogos formativos para profissionais das redes locais, para o enfrentamento da violência contra as mulheres de forma a consolidar e fortalecer a rede de serviços de atendimento, tendo como foco os serviços de atendimento em regiões de fronteiras secas. Os objetivos específicos são: adaptar a metodologia de atendimento às vítimas de tráfico de pessoas no Posto de Atendimento Humanizado a Deportados e Inadmitidos do Aeroporto Internacional de Guarulhos/SP em regiões de fronteiras secas; realizar diálogos formativos com atores das redes de serviços e atendimento às mulheres vítimas de violência, especialmente voltadas para enfrentamento ao tráfico de pessoas para os diversos fins nas cidades de Bonfim/RR, Brasileira/AC, Corumbá/MS, Foz do Iguaçu/PR, Jaguarão/RS, Oiapoque/AP, Pacaraima/RR, Ponta Porã/MS, Santana do Livramento/RS e Tabatinga/AM, com aproximadamente 500 pessoas formadas;

realizar monitoramento das redes capacitadas; sistematizar a metodologia utilizada no projeto;

divulgar os resultados alcançados em uma publicação final, cuja previsão de lançamento é 30/7/2017.

Dentre as constatações até o momento, estão: a violência doméstica como fator de vulnerabilidade ao tráfico de pessoas; mulheres adultas e adolescentes vítimas do tráfico de pessoas utilizadas como “mulas” do tráfico de drogas; naturalização do tráfico de mulheres imigrantes para fins de exploração do trabalho doméstico no Brasil; condição de vulnerabilidade das mulheres e crianças indígenas como fator de risco para o tráfico de pessoas; invisibilidade e discriminação das mulheres lésbicas, travestis e transexuais nas regiões de fronteiras como fator de risco para o tráfico de pessoas; vulnerabilidade de crianças e adolescentes para formas de exploração, em especial exploração sexual, exploração do trabalho infantil e mendicância; lucro na adoção ilegal e a necessidade do reconhecimento como tráfico de pessoas; exposição de adolescentes ao casamento precoce ou forçado; violência física e sexual, cárcere privado praticado contra mulheres migrantes no trajeto,

na entrada do país de destino, quando são submetidas à extorsão, ao preconceito e outras violações de direitos praticadas por agentes públicos. Estando no país de destino, dificuldade com relação à língua, regularização migratória, acesso à informação sobre os seus direitos, trabalho decente e muitas vezes submetidas a pessoas de má-fé que cobram por serviços não prestados ou mesmo para encaminhá-las para o trabalho precário e até análogo à escravidão.

Durante a plenária final, foram consensadas as seguintes ações possíveis de se realizar visando enfrentar a grave problemática do tráfico de mulheres, considerando-se os principais resultados revelados pela pesquisa nacional e as constatações preliminares do Projeto Fronteiras, sem deixar de levar em conta o atual cenário de retrocesso político e avanço da agenda conservadora:

Li Movimento de resistência;

Li Movimento de articulação mais potente;

Li Aprofundar e construir conceitos próprios sobre Tráfico de Pessoas;

Li Olhar mais atento às migrantes (desconstruir preconceitos);

Li AMP/ASBRAD = possível projeto União Europeia;

Li Repórter Brasil – ações conectadas com este conteúdo (Saúde e Assist. Social);

Li SPM/SP – (CEUS – Violência contra a mulher - estabelecer diálogo);

Li SPM/SP – Casa de Passagem – Diálogo com a rede nacional para caminho mais assertivo no atendimento;

Li Difusão da pesquisa em rodas de conversa;

Li Ampliar diálogos com espaços educacionais;

Li Fortalecer Núcleos e Comitês; lutar pela implantação e implementação;

Li Diálogo com a ONU- Mulheres (Campanha) = nos moldes da VD; marcar reunião em nome do Grupo;

Li Grupo Psicólogas Feministas (dialogar com profissionais da Assist. Social e Psicólogas);

Li Moção ao CONATRAP encaminhando a pesquisa e reafirmando a importância de manter o Comitê;

Li Mauá - Segurança Pública: será entregue a pesquisa ao prefeito; incluir na pauta de reivindicações assunto para candidatos a prefeito do grande ABC;

Li Campanha com agência de publicidade (parceria);

Li Parceria com escolas (atingir crianças);

Li OAB/Comissão da Mulher Advogada (articular divulgação) + SPM/SP;

Li Casa de Passagem – Santo André (mulheres e trans): tema faz parte da agenda (programa de governo);

Li PLPs (aula específica sobre Tráfico de Mulheres);

Li CFM (reg.Campinas) parceria tráfico de crianças;

Li Inserir o tema no curso de Masculinidades.



Walkíria Lobo Ferraz foi responsável por toda a logística do evento, contando com a colaboração de Gabriel Gonçalves de Oliveira.



A jornalista Matilde Leone ficou responsável pela assessoria de imprensa.



Posando para a foto, em momento de descontração...